

A ICONOGRAFIA RÉGIA MANUELINA E AS MUITAS FACES DA POLÍTICA DO REI DESCOBRIDOR (1495-1521)

ANGÉLICA BARROS GAMA*

Seguindo a proposta de estudo da monarquia portuguesa e de seu caráter expansionista, revelado pelos descobrimentos e pela expansão ultramarina, buscamos um melhor entendimento da formação desta monarquia pluricontinental. O diálogo que propomos centra-se na figura do Rei português Dom Manuel I (1495-1521), chamado o *Venturoso*, e de seu reinado que abrange o final do século XV e parte do primeiro quartel do século XVI. É sem dúvida um reinado singular, e dentro desta singularidade podemos salientar sua simbologia divinizada e a construção da imagem de um D. Manuel como representante do poder português, o grande descobridor do *Novo Mundo*. Um projeto que se iniciou com o infante D. Henrique no reinado do Mestre de Avis, D. João I, passou por D. Afonso V e por D. João II e acabou sendo “consagrado” como feito e conquista de seu sucessor.

D. Manuel I marca um período importantíssimo da história portuguesa, pois ocupa um momento de passagem. Seu governo abrange o limiar do medievo e o “alvorecer da modernidade”. Não que se entenda esta divisão estabelecida *a posteriori* como uma quebra na história, mas como um momento de transformação nas idéias e ideais da sociedade de então. Para João Paulo Costa, essas mudanças “não correspondem a uma ruptura com o passado”, mas refletem de maneira vigorosa “a mudança de personalidade do detentor do cetro, e as próprias transformações por que passavam a cristandade e o mundo”. Segundo Albertino Calamote, a passagem do Cabo da Boa Esperança em 1487 por Bartolomeu Dias, a viagem de Vasco da Gama para a Índia em 1507 e a prática das carreiras marítimas por D. Manuel em 1501 “colocaram Portugal em posição destacada no seio da Europa” (CALAMOTE, 1997, p. 4), e neste sentido, o reinado de D. Manuel I marca indelevelmente o início de um novo tempo, principalmente no que tange à situação portuguesa junto à conjuntura européia.

Para efetuar a análise do governo manuelino e de suas estratégias de afirmação do poder régio, contamos com um suporte visual composto de variadas fontes e imagens

* UFRJ – Mestranda do Programa de Pós- Graduação em História Social do Instituto de História.

de diversas naturezas. A utilização destas fontes é sem dúvida um caminho a ser percorrido com grande cautela, visto que o método para cada uma delas é diverso e decorre de um estabelecimento prévio de limites para cada interpretação pretendida. Ainda que a política seja a base desta análise, as imagens serão o suporte devido para questionamentos e afirmações acerca do ideário governativo manuelino. Em outras palavras, as imagens serão o apoio da análise, oferecendo assim uma liberdade maior no seu trato e na formulação de um código de signos que serão recortados e postos em evidência para enfatizar cada uma das questões propostas. A análise pode, portanto, deixar de lado certos aspectos destas imagens, não sendo imposta uma análise detalhada de cada uma delas.

Partindo da proposta de um estudo da representação do poder manuelino, o corpus imagético escolhido se constitui de seis imagens que retratam as diversas esferas de atuação do poder manuelino. Este rei conhecido como “Descobridor” e “Venturoso” assumiu para si e para os seus a imagem de um rei como símbolo da justiça, um rei em movimento, senhor de seus ofícios e deveres. Um mensageiro da fé cristã e revelador dos “mundos novos do mundo” (ANDRADE, 1972, P. 447).

Todas as imagens analisadas são essencialmente gravuras que, em semelhança, guardam apenas as características gerais da arte do medievo, tão presentes ainda em Portugal e boa parte do mundo europeu. Neste ponto, cabe observar que o Renascimento em auge na Itália, revolucionando a arte em geral, não é de maneira alguma um movimento homogeneizado em toda a Europa, principalmente na Península Ibérica, considerada desde muito a periferia da Europa.

O grupo de imagens é parte de uma das obras mais marcantes da época deste reinado, onde se revela um rei participante e ciente de seus deveres políticos e sociais. Falo das *Ordenações Manuelinas*, uma compilação das antigas leis portuguesas reunidas em um único *corpus*, cuja melhor definição está nas palavras de Damião de Góis:

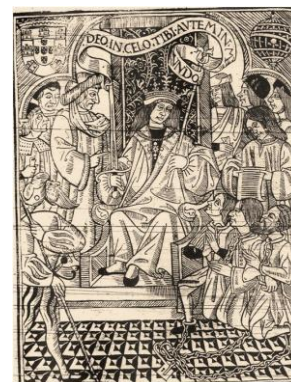
Mandou [D. Manuel] por homens doutos do seu conselho visitar e rever os cinco livros das Ordenações que el-rei D. Afonso V, seu tio, fez reformar (...) nas quais mandou diminuir e acrescentar aquilo que pareceu necessário para bom regimento do reino e ordem da justiça, no que se trabalhou, e tanto tempo, que foi a mor parte de todo o que ele reinou (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol 19, p. 579).

Suas “sucessivas edições percorreram todo o século XVI” (ANDRADE, 1972, P. 447), sendo a edição de 1514, de João Pedro Buonhomini, a portadora de um conjunto de 6 gravuras, impressas nos cinco volumes feitos na oficina de Valentim Fernandes. Servindo-se da tipografia, D. Manuel I mandou efetuar a inclusão das gravuras onde o rei, em majestade, é ladeado pelos emblemas régios e pelos vários estados sociais portugueses, estampando uma das páginas iniciais de cada um dos livros. Essas gravuras trazem um rei ativo, representando funções correspondentes à destinação de cada um dos livros, sendo: o primeiro – **Livro dos Offícios da corte e da Casa de Suplicação**; o segundo – **Livro das leis e ordenanças tocante as Igrejas**; o terceiro – **Livro das citações, e como hão de ser feitas**; o quarto – **Livro dos Contratos e Testamentos**; e o quinto – **Livro da Justiça, dos crimes e das penas**.



O que se pode afirmar é que o início do século XVI carrega uma marca de desenvolvimento e enriquecimento da monarquia portuguesa e de boa parte da Europa. Esse surto de progresso, se é que assim se pode nomear, atinge também, de forma muito significativa, o evoluir das artes e dos ofícios, onde grandes nomes são feitos e revelados ao mundo. A tipografia tem sem dúvida seu papel fundamental nesta nova fase, sendo usada como um importante instrumento de divulgação dessas novas informações. Percebendo a importância desse período na história, Albertino Calamote afirma que este foi:

... o século de Da Vinci, de Erasmo, de Cervantes, de Shakespeare, de Camões, de Gil Vicente, de Pedro Nunes, de Damião de Góis, de D. Manuel I; foi enfim, o século da grande discussão pública das idéias e da sua rápida propagação, graças a uma arte que aparecera nos finais do século anterior e



rapidamente se difundira por toda Europa: - a arte da impressão
(ANDRADE, 1972, p.11)

Esta arte, já tão usada pela Igreja Católica, nunca havia sido utilizada para servir ao Estado. “D. Manuel I foi o primeiro monarca português a servir-se das vantagens da produção tipográfica – para impor a sua política governativa” (CADERNOS DE TIPOGRAFIA E DESIGN, 13, 2008, p. 37). Logo que teve contato com tal arte, o rei abraçou-a, mandando trazer grandes mestres estrangeiros e criando incentivos legislativos e econômicos para o estabelecimento dos mesmos em Portugal. As *Ordenações* são o reflexo da grande importância que essa arte de imprimir estava atingindo em território lusitano e do crescente interesse do próprio Estado português em desenvolvê-la. Aproveitando o “diálogo biunívoco que a imprensa proporcionava entre o texto e a imagem”, estas gravuras carregavam a mensagem manuelina para um público maior e muitas vezes excluído das leituras de então. Falamos da grande massa de analfabetos, maior parte da população portuguesa dos quinhentos (SOUZA, 1984, p. 48), incluindo muitas vezes funcionários dos conselhos e da coroa.

Este alargamento no alcance desse discurso político em forma de imagem se revela essencialmente na teatralidade das figuras, que mostram um rei *in officio*. As cinco imagens trazem a figura do rei trazendo em suas mãos o cetro, símbolo da justiça, a enrolar-se em uma legenda bastante significativa e reveladora da ligação dessa monarquia com o divino: *Deo in coelo tibi autem in mundo*. Isto reforça de forma ainda mais clara a ligação sempre constante e cada vez maior do rei D. Manuel com o messianismo e com a idéia de um rei enviado por Deus, um escolhido para representar a Cristandade ante esse novo horizonte físico e espiritual.

Grande parte dessa legitimidade legada ao *Venturoso* foi fortalecida pelos variados mitos messiânicos de seus antecessores e por sua postura de assumir para si grande parte desta destinação empreendedora[†]. Segundo Sílvia Leite, a história portuguesa é marcada por mitos providencialistas e milenaristas que muitos reis “souberam e puderam encarnar” (LEITE, 2005, p. 19), dentre eles Dom Manuel. Em seu reinado, soube bem aliar-se a estas noções messiânicas e ainda aproveitar-se da conjuntura econômica gerada pelos descobrimentos para dar um olhar divino ao poder

[†] Sobre esse assunto ver: VENTURA, Margarida Garcês. **O Messias de Lisboa: um estudo da mitologia política (1383-1415)**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992. LEITE, Sílvia. **A arte do manuelino como percurso simbólico**. Lisboa: Caleidoscópio, 2005, p. 19.

real, forjando intencionalmente e “naturalmente a visão do rei como êmulo de Cristo, e novo Messias”. Esta visão divinizada de Dom Manuel ainda se beneficiou de acontecimentos anteriores ao seu reinado, que remetem à sua trajetória de vida, principalmente seu nascimento (LEITE, 2005, p. 23). Embora não constitua o foco aqui proposto, uma abordagem biográfica de Dom Manuel contribui de forma relevante para um melhor entendimento da aceitação destes providencialismos no contexto específico em que foram utilizados.

Filho mais novo de Dona Beatriz e do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, D. Manuel nasceu em Alcochete no dia 01 de junho de 1469, data em que se comemorava a festa do Corpo de Deus, sendo-lhe por isto atribuído o nome de Manuel, uma adaptação do nome proveniente do hebraico Emanuel – Deus está conosco. Segundo Sílvia Leite “seu nascimento teria, desta forma, sido o primeiro elo de uma cadeia que permitia pensar num projeto divino” para sua governança. Seria, para a autora, uma possibilidade de legitimação da “missão para a qual o rei e o seu reino estariam destinados” (LEITE, 2005, p. 26) ou, em outras palavras, estariam predestinados como um povo eleito, e não é por coincidência que durante seu reinado, a festa do Corpo de Deus se tornou momento obrigatório da devoção eucarística, uma forma clara de trazer à luz e engrandecer a data de seu nascimento dentro da esfera do simbolismo divino. O que contribuiu para a construção da imagem do rei representante de Cristo, Senhor personificado na figura divina da Justiça, do “perfeito-monarca” e do “rei arquétipo” descrito por Joaquim Romero Magalhães (MAGALHAES, 1997, p. 61). Segundo Costa, o coroamento de D. Manuel sai do “modelo clássico de transmissão de poderes de pai para filho”, sendo ele o único monarca português que não era filho de rei, dadas as circunstanciais mortes de todos os possíveis herdeiros diretos do trono de D. João II (COSTA, 2007, p. 35), seis ao todo. O que se verifica é que várias teorias proféticas se reúnem na pessoa de D. Manuel. Muitas delas se prefiguram em personagens bíblicos, como salienta Sílvia Leite, trazendo à luz a sua equiparação com o rei Davi nos escritos da casa real. Em 1507 um discurso do porta-voz português, prior da Ordem de Santo Agostinho, Frei Egídio de Viterbo (LEITE, 2005, p. 30), perante o papa Júlio II vai se referir a D. Manuel como “uma reminiscência dos antigos reis e sacerdotes, evocando as tradições que uniam poder real, ou temporal, e poder sacerdotal

ou espiritual presentes na figura dos reis” (LEITE, 2005, pp. 31-32). O *Venturoso* se insere neste reinado como uma figura divinizada e como tal vai procurar agir.

Estas referências estão colocadas em cada uma das cinco imagens das ordenações, onde o rei é representado ora com os juristas e oficiais do reino, ora com as ordens religiosas ou ainda acompanhado por comerciantes e por fim portando a espada, exercendo a justiça. Em três das imagens se pode ver claramente o rei vestindo uma armadura sob a capa, o que revela o simbolismo das conquistas ultramarinas (SOUZA, s/a, p. 54-56) presente na idealização de uma imagem oficial do rei nas *Ordenações*.

A impressão pode se vista, assim, como um meio de difusão da imagem de um rei, de uma política e da própria função que esta monarquia desejava ocupar na recepção de seus súditos. Estas estampas junto às *Ordenações* foram consideradas por Ivo Carneiro de Souza como a “elaboração de uma imagem oficial do Príncipe entendido como centro vital do pulsar contínuo da sociedade portuguesa epocal” (SOUZA, s/a, p. 47). A imagem funcionava como um elemento unificador entre o rei e a sociedade, um elo mantido e construído com a aprovação divina. Uma função de justiça e equilíbrio entre os diversos estados sociais que ocupam esta estrutura corporativa.

A presença real no contexto político português é consolidada a partir de uma hierarquia que, apesar de partilhada, se origina na figura do monarca. A visão mais recente da historiografia apresenta essa monarquia como uma monarquia pluricontinental que se caracterizava pela comunicação permanente entre as “diversas esferas institucionais”, ou seja, a “integração (...) e o equilíbrio dos poderes no império” se dava pela comunicação feita entre as “distintas instâncias, e as respectivas elites”, que se tutelavam e mantinham “vínculos de comunicação com o centro” (MONTEIRO, 2005, p. 194).

Nesta estrutura política centrífuga, o rei português colocava-se como o representante de um todo configurado pela soma das partes. Concordando com José Manuel Subtil, o poder português era estruturado como “modelo de funcionamento do corpo humano, onde cada órgão tem uma função” a ser desempenhada, e cada membro componente deste poder é visto como um prolongamento do corpo (SUBTIL, 1997, p. 75). Esse compartilhamento de poder do aparelho político-administrativo e sua necessária manutenção eram geridos pelo representante maior desta disposição, pela cabeça, localizado na figura real. Ele era o centro coordenador, a ele cabia na mais alta

composição o mais nobre dos ofícios: ministrar a justiça. Seria, nas palavras de Subtil, “avocar-se como estímulo e aval da manutenção da harmonia, paz e segurança”. A isso se somava a garantia em fazer permanecer em seus lugares devidos cada um dos poderes recortados, evitando interferências entre os mesmos, numa busca de “sincronia institucional” (SUBTIL, 1997, p. 75).

Esta composição político-administrativa revela uma forte relação com a visão divina do papel bíblico que é dado à Igreja, onde “cada parte bem ajustada” se coloca sob o comando da “cabeça que é Cristo” (GINSBURG, 1989, p. s/p). Esse revestimento religioso se coloca como uma característica marcante da monarquia portuguesa. De todas as virtudes louvadas, a maior delas deve ser sempre a justiça, virtude que conjuga todas as demais exigidas na figura de um monarca, sendo justificado tal ideal por João de Barros no *Panegírico*, em que salienta “isto com muita razão, porque sendo Deus perfeita justiça, os reis, que por eles são ordenados e cujo poder representam, a ele só em tudo devem seguir” (MAGALHÃES, 1997, P. 61).

Essa significação requerida para a figura real se faz necessária, segundo Joaquim Romero Magalhães, para que o povo tenha em seu governante o “paradigma a seguir em todas as circunstâncias”, sendo para o mesmo, exigido ainda, qualidades que o “tornem famoso e digno”, dentre elas: “temperança, honestidade, humanidade, comedimento, bondade, fortaleza, lealdade, prudência, magnanimidade, amor às letras (...) e seus pensamentos em Deus” (MAGALHÃES, 1997, P. 61). Esta seria a prévia de um “rei perfeito” e das virtudes que deveriam orná-lo. Em outras palavras, a virtude suprema reúne um conjunto de outros adjetivos que se configuram em um único representante, e que se manifestam através de uma atuação justa, pacífica e tendo como objetivo constante o triunfo da religião. Essa conjugação dava ao monarca naturalmente o reconhecimento perante o povo, lhe conferindo honra e glória. Este seria mais do que um retrato, seria a construção de um “rei arquetipo que se procura fixar e transmitir, sem traços singularizantes”, uma constituição de ideal régio, a imagem de um rei “que tem uma missão, que zela pelo bem dos súbditos, que garante os equilíbrios da sociedade”. O rei assumia esta responsabilidade ao efetuar o juramento de fidelidade na aclamação. Ele encarnava o conjunto de funções que era sua parte neste pacto, ou seja, “equilibrar e porventura arbitrar os conflitos entre os vários componentes da sociedade” (MAGALHÃES, 1997, P. 61).

A estrutura de uma monarquia corporativa é sem dúvida o viés central para pensar o político no reinado de D. Manuel I. Esta perspectiva teórica tem marcado a historiografia recente pelo questionamento da aceitação de uma idéia primeira, de poder centralizado, absoluto, fixado em uma estrutura simples. Ao contrário, a sugestão de uma leitura dessa monarquia como representação do corpo (corporativista) remete, segundo Hespanha, a uma justa “indispensabilidade de todos os órgãos da sociedade e, logo, da impossibilidade de um poder político ‘simples’, ‘puro’, não partilhado”. A noção de corpo encontra sua raiz no pensamento social e político medieval, entendido por uma noção de ordem universal que rege o mundo. Nesta concepção, todas as coisas cooperam para um objetivo último identificado na figura do Criador. O corpo humano passa a transfigurar a imagem do mundo físico, onde cada parte desta ordenação corresponderia a um órgão, sendo cada uma indispensável ao seu bom funcionamento. Assim o todo constrói na soma das partes o equilíbrio perfeito do funcionamento corporal e social, “pois tão monstruoso como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade, em que todo o poder estivesse concentrado no soberano (HESPANHA, 1998, P. 114).

O poder, segundo Hespanha, era por natureza repartido, subdividido em suas instâncias de atuação e respeitado em sua autonomia, enquanto parte integrante deste corpo. Nas palavras do autor, a garantia desse funcionamento se reflete sobre uma sociedade bem governada, em que:

...esta partilha natural deveria traduzir-se na autonomia político-jurídica dos corpos sociais, embora esta autonomia não devesse destruir sua articulação natural – entre a cabeça e a mão deve existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermédias. A função da cabeça não é, pois, destruir a autonomia de cada corpo social, mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto (HESPANHA, 1998, P. 114).

O entendimento dessa metáfora de constituição e funcionamento do corpo encontra seu lugar na sociedade portuguesa através do corporativismo. Tão importante quanto a governabilidade do monarca, que é a cabeça, é a sustentabilidade oferecida pelo restante dos membros, caracterizado pelas instituições, nobreza e súditos. Cada instância desse poder se coloca com peça na construção do poderio compartilhado que tem no poder régio o seu referencial. No reinado de D. Manuel I a importância da

nobreza será imprescindível para sua sustentação, sendo por isso reconhecida e posta em evidência. Ainda que o centro nervoso desse poder se concentre na figura do rei, a cooperação dos outros membros se faz como forma de movimentação, crescimento e fortificação do todo.

Não se pode, por isso, deixar de lado o papel da nobreza apoiadora destes descobrimentos. Ela está vinculada à grande tradição comercial firmada pelos portugueses nesse tempo, que contribuirá para a ampliação e manutenção do que será nominado por comércio ultramarino. O comércio era uma atividade essencial para “a maioria dos habitantes dos reinos hispânicos (...) e que ao invés do trabalho da terra ou do artesanato, nunca foi considerada aviltante” (RUCQUOI, 1995, p. 288), e foi na verdade uma forma de ascender socialmente e estabelecer lugar nessa sociedade pelos irmãos secundários que permaneciam fora do sistema de herança tanto do morgado como da tradição portuguesa de primogenitura.

A sociedade que aqui se destaca é composta em sua estrutura por uma hierarquia de poderes dados, naturalmente aceitos como desiguais e qualitativamente expressos. Sociedade resultante da Reconquista, ela se manifesta por uma mobilidade social ditada em grande medida por critérios nobiliárquicos, uma nobreza voltada para a guerra, para a luta e defesa do reino. A terra é com certeza o maior fator de manutenção desta nobreza, trazendo distinção e se caracterizando como *status* e uma via de preservação da mesma.

A nobreza ibérica, segundo Adeline Rucquoi, “não se constituía apenas de um grupo social numericamente importante, pois os seus elementos mais poderosos procuravam controlar as decisões da coroa” para poder desdobrá-las em seu favor (RUCQUOI, 1995, p. 255). A alta nobreza portuguesa se fortaleceu consideravelmente no reinado de D. Afonso V (1438-1481), que por recompensa do apoio na batalha de Alfarrobeira[‡], reforçou seu poder aumentando suas rendas e privilégios, criando novos títulos de nobreza e confiando a estes os mais altos cargos da coroa e lugares cativos na corte. Esta nobreza fortalecida passa então a participar dos benefícios econômicos das conquistas em África. Seu papel de fiadora deste comércio no ultramar é um dos principais fatores nesse processo de ascensão constante. A nobreza se firma como o

[‡] A Batalha de Alfarrobeira foi a luta travada entre o rei D. Afonso V e o Infante D. Pedro seu tio, em 20 de Maio de 1449, junto do ribeiro de Alfarrobeira. Na batalha, as tropas do monarca saem vitoriosas e o Infante morre no combate.

braço da coroa nos novos territórios de influência portuguesa, permitindo-lhe receber mercês, cargos de chefia, governos e novos títulos de nobreza (THOMAZ, 1994, pp. 1-43).

O reinado posterior, de D. João II (1481-1495), coloca um ponto de estanque nessa ascensão nobiliárquica. Com a oposição dos Braganças, aparentados dos Reis Católicos, a disputa entre a coroa e parte da nobreza ao longo do reinado tem como consequência a condenação à morte por decapitação do duque de Bragança e o exílio e morte de muitos outros de seu clã. Uma das maiores famílias da nobreza é quase totalmente destituída de seus poderes e convidada a sair do território português. O *Príncipe Perfeito* será alvo de diversas revoltas e conspirações por causa de tais atitudes. Se a primeira havia sido uma oposição às mudanças de autoridade, a segunda conspiração trata do assassinato do rei. Avisado por alguns fiéis seguidores do conluio comandado pelo duque de Viseu, D. Diogo, o rei acaba por matá-lo. Suas propriedades e senhorios são tomados pela coroa e em grande parte, transferidos para o interior, na tentativa de afastar futuras conspirações. O título de duque é passado a D. Manuel, irmão do Duque anterior, e nominado a partir de então Duque de Beja, local para onde fora transferido o senhorio. Segundo Magalhães, “a violência inicial (...) deve ser tida como uma demonstração de força e autoridade de quem, logo no início da subida ao trono, quer mostrar quanto vale” (MAGALHÃES, 1997, P. 441). As mortes dos duques de Bragança e Viseu são, sem dúvida, a representação maior dessa crise entre a coroa e a nobreza. Os grandes das famílias nobres percebem que para permanecer é preciso então “reconhecer a autoridade régia, acatá-la e subordinar-se-lhe, fazendo-lhe a vontade” (MAGALHÃES, 1997, P. 441).

Ainda que tenha sido um período de grande turbulência nestas relações, os enfrentamentos têm fim no reinado seguinte, o de D. Manuel I (1495-1521). Momento em que a nobreza se estabelece como grande apoiadora da coroa e recebe do rei seu reconhecimento como força de sustentáculo do poder régio. A concretização desta aliança pode ser vista na construção da Sala dos Brasões de Sintra, erigida pelo rei português em 1518. Esta localidade, tão próxima a Lisboa foi segundo Costa, um dos lugares preferidos de D. Manuel, visto que foram raros os anos em que não esteve por lá durante alguns dias, ressalta-se as duas vezes em que foi para se recuperar da morte de

suas esposas. Por ser um local montanhoso, tem um clima fresco no verão, servindo como refúgio para esta época do ano.

E não é sem motivos, afinal seu reinado foi preenchido por diversas realizações, o florescer de um império e de um equilíbrio governativo alcançado por poucos monarcas portugueses. Seu governo é por isso “um misto de continuidade e mudança”, se tornando uma resultante de um momento histórico em que as coisas mudavam a “uma velocidade vertiginosa” se comparada ao século anterior. O mundo se transformava, pelas mãos dos portugueses, em uma escala planetária, abrindo “as portas de um novo modelo de relacionamento entre os homens” (COSTA, 2007, p. 145). É no reinado de D. Manuel I que se concretiza a grande empreitada ultramarina projetada por D. João II. D. João toma as rédeas desta expansão, modificando a proposta desta empreitada e deixando em parte o objetivo de pilhagem que se estabelecia até então. O “projeto imperial joanino”, como é denominado por Luiz Filipe Thomaz, acaba por trazer para si, para a coroa portuguesa, a “orientação, planejamento e execução da empresa” nessa política expansionista (THOMAZ, 1994, pp. 149-150).

Esta expansão ultramarina, caracterizada até então pela conquista da parte Norte da África, em meados do século XV se volta para um empreendimento mais amplo, a África subsaariana (THOMAZ, 1994, pp. 191). O projeto de expansão se firma pelo comércio nestes tempos, opção por “uma forma de expansão mais segura e mais barata do que a guerra; e o Atlântico Sul parecia-lhes ser o melhor campo para a propagação dos interesses portugueses” (THOMAZ, 1994, pp. 191).

A atividade mercantil foi em grande parte a mola propulsora da expansão marítima portuguesa. Inicialmente foi marcada pelo arrendamento que a coroa fazia a particulares que assim se encorajassem, dos quais o mercador-fidalgo Fernão Gomes tornou-se o maior símbolo (THOMAZ, 1994, pp. 13, 137, 142, 151, 153). Mas no reinado de D. João II este posicionamento régio muda, e a coroa traz para si a responsabilidade pelo comando dessa expansão comercial e efetivamente territorial, quando a partir de 1481 organiza a construção da fortaleza de São Jorge da Mina, primeira feitoria portuguesa concretamente estabelecida em África. Além disso, enviou expedições para mapear o sul do litoral africano, culminando com a de Bartolomeu Dias, que ao dobrar o Cabo das Tormentas abriu o caminho para a Índia. Segundo Magalhães, esta tomada de controle por parte da coroa visava também “garantir o

resgate do ouro e assentar a progressão do domínio marítimo (...) o que implica a colonização das ilhas de Cabo Verde e de São Tomé” (MAGALHÃES, 1997, P. 303).

O contexto em que essa monarquia se insere reflete um poderio partilhado e ajustado em moldes bastante específicos. Falamos de um conjunto de elementos que dão à monarquia portuguesa do período ultramarino um caráter corporativo. Uma empresa de “poder partilhado” como defende o historiador Antonio Manuel Hespanha, “um espaço político com poderes de maior e menor hierarquia” que se articulam em torno da Coroa através de “usos e práticas jurídicas” variáveis, dependendo do local onde este poder está inserido. Isto nos oferece um olhar muito mais significativo sobre o papel do rei, sua atuação ante este contexto, seu modo de governar e principalmente seu trato junto a esse compartilhamento de poder. Ao se deparar com esse poder corporativo atentamos para o papel da Coroa portuguesa, que segundo Hespanha era “limitado e enquadrado pela doutrina política” (FRAGOSO & BICALHO, 2001, p. 166).

Fugindo da imagem de uma estrutura coesa e fechada, deparamo-nos com um império, em seu sentido mais amplo, ainda em construção, ainda sendo projetado e definindo seu papel perante a Europa. Estamos diante de uma expansão em certo aspecto “desordenada”, visto que não se pode defender um projeto organizado para essa busca de territórios. Segundo Hespanha, não existia um modelo ou estratégia geral para essa expansão, o que contribuiu imensamente para a reafirmação desse caráter corporativista nos estabelecimentos coloniais portugueses. Fora do que ele chama de um “estatuto unificado”, essa empreitada colonial foi amplamente divulgada com o objetivo de engrandecer o reino português e fortalecer a imagem do rei (HESPANHA, 1998, pp. 170-171).

Mas, ainda que este projeto tenha sido sonhado pelo *Príncipe Perfeito*, sua concretização é feita pelo *Venturoso*, que por via de fato se coloca na história como o *Rei Descobridor*. É em seu reinado que se concretiza a carreira da Índia, que se completa o ciclo expansionista sonhado pelo reinado joanino. Estes feitos são marcados na adoção do título *rei de Portugal e dos Algarves, d’Aquém e d’Além mar em África, senhor da Guiné, da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia*. Esta titulação tem grande teor simbólico, não apenas para a nomeação da pessoa de D. Manuel, mas também para engrandecer e mostrar ao mundo a pluralidade de conquistas e a força expansionista do império português perante o mundo europeu

(HESPANHA, 1998, p. 114). É este engrandecimento que podemos ver na imagem que Vespúcio utiliza.

Tendo em vista que a percepção destas imagens decodificava uma mensagem de fortalecimento desse poder, estas serviam ao propósito do rei em se firmar tanto perante a nobreza que o apoiava quanto perante o restante da população. Deve-se atentar para a noção de função da imagem, mas cabe primeiro ressaltar que “imagem” no sentido que tomamos, de representação, retrato (pictórico) é justamente suporte da análise do político e da construção da forma como o rei é representado perante diferentes esferas. É pela imagem que poderemos construir um sentido mais amplo na noção de poder partilhado dentro da política manuelina. Aí reside, talvez, a insistência em localizar estas imagens como o suporte de toda nossa pesquisa. A proposta é tomá-las como peças integrantes de um todo, unindo discurso político e suporte imagético para identificar neste poder representativo suas mais diversas facetas. As imagens, como objetos portadores de significação e meios de trocas comunicacionais, são fruto de uma estrutura social específica. Assim, “cada história se situa no ponto de interseção entre o arquétipo e uma conjuntura, em outras palavras, entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais” (BURKE, 1994, 18).

Numa monarquia corporativa, tal como definida por Hespanha, o uso da imagem para fortalecimento do poder régio era também, uma forma de não entrar em choque com outras esferas de poder, notadamente a nobreza. Além disso, para um reinado que aos poucos se tornava pluricontinental, a imagem do rei tornava-se um importante elemento agregador, na falta de um estatuto político unificado. Principalmente no que tange ao uso da estratégia de reconhecimento de cada instância de poder dentro desta estrutura política corporativa.

O conceito de imagem proposto por Erwin Panofsky, tendo em vista o uso das representações, nos informa que cada imagem carrega uma função dentro do social e uma relação já estabelecida com seu tempo. Em outras palavras, não se pode deixar de lado o momento em que estas imagens estão sendo produzidas, para que estão sendo fabricadas e com que finalidade estão sendo postas e vistas como representação da política régia de D. Manuel. A maneira como essas imagens foram utilizados por Dom Manuel revelam que fazem parte de uma política consciente de fortalecimento do poder régio, internamente marcada pela reaproximação com a nobreza, grande apoiadora de

seu reinado e base para a manutenção dos descobrimentos. Se a iconografia nos ajuda a compreender e fortalecer nossas afirmativas, a política se faz como linha estruturadora de toda esta análise. Uma via para entender como o projeto político manuelino se utilizou da imagética para construir uma determinada identidade juntos aos súditos que o apoiavam.

Reconhecendo que estas imagens não podem ser lidas fora de seu contexto formativo, alheias ao tempo em que foram produzidas e todo o aparato societário que as envolve, tomamos por base que cada imagem é composta de dimensões que devem ser levadas em conta. Mas também, que seus significados não estão dados, são produtos de uma construção que traz em seu bojo a contemporaneidade e a influência de quem as produziu. Segundo Jean Claude-Schmitt, “as imagens são inseparáveis de seus usos”. A imagem, portanto, “não é neutra, e quanto mais ela é valorizada e singularizada pelos usos aos quais está destinada, mais ela parece afirmar sua autonomia com relação aos homens e seu poder sobre eles” (SCHIMITT, 2002, pp. 598-99).

D. Manuel, quando assume o trono português, tem em mente dois objetivos claros quanto ao comércio do ultramar: fortalecer a presença portuguesa na África e estender a rede de influências que os portugueses haviam conquistado até o Oceano Índico. Para isso, contava em seu reinado com o apoio da maior parte da corte (no que pese a oposição de certas correntes), em parte influenciada pela áurea messiânica de que o monarca já vinha revestido quando assumiu o trono. Ante a essa estrutura política organizada por D. Manuel I, podemos afirmar que a potencialização da imagem do rei perante os seus e dos outros, aliados ao reconhecimento da importância do papel da nobreza nessa estrutura política se caracterizavam como meios de reafirmação e reconhecimento do caráter corporativo da monarquia portuguesa. Em outras palavras, o fortalecimento do poder régio não significava a centralização do poder político.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Antonio Banha de. **Mundos Novos do Mundo: panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

BARROS, João de. **Panegíricos**. Lisboa: Sá da Costa, 1937, P. 3-5; *Apud*: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: no alvorecer da modernidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV.** Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Cadernos de Tipografia e Design, número 13, Dezembro de 2008.

CALAMOTE, Albertino. **A imprensa e as Ordenações Manuelinas.** Alfragide: S/E, 1997.

COSTA, João Paulo Oliveira. **D. Manuel I 1469-1521: um príncipe do Renascimento.** Lisboa: Circulo de Leitores, 2007.

CUNHA, Mafalda Soares & MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *et alii* (orgs.). **Optimas Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FREIRE, Anselmo Braamcamp. **Brasões da Sala de Sintra.** Lisboa: Imprensa Nacional Cada da Moeda, 1973 - 3 volumes.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** Trad.: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓIS, Damião de, 1949-1955, IV, Ixxxvi.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol 19.

HESPANHA, Antonio Manuel & SANTOS, Maria Catharina. “Os poderes num Império Oceânico” In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807).** Lisboa, Estampa, 1998.

HESPANHA, António Manuel (Coord.). **História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807).** Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LEITE, Sylvia. **A arte do manuelino como percurso simbólico.** Lisboa: Caleidoscópico, 2005.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: no alvorecer da modernidade.** Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

O’MALLEY, John W. **Fulfillment of the Christian golden age under Pope Julius II: texto f a discourse of Giles of Viterbo,** In: LEITE, Sylvia. **A arte do manuelino como percurso simbólico.** Lisboa: Caleidoscópico, 2005, p. 30.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica.** Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 288.

SCHIMITT, Jean-Claude. “Imagens”. In: **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002, p. 598-99.

SOUZA, Ivo Carneiro de. **O poder visto de um Caleidoscópico: representações culturais do Príncipe e da Sociedade Portuguesa do Renascimento.** Porto: S/E, 1984, p. 48.

SUBTIL, José Manuel. “A administração central da coroa”. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: no alvorecer da modernidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 75.

THOMAZ, Luiz Felipe F. R. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994, cap. 1.

VENTURA, Margarida Garcês. **O Messias de Lisboa: um estudo da mitologia política (1383-1415)**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992. Apud: LEITE, Sylvia. **A arte do manuelino como percurso simbólico**. Lisboa: Caleidoscópio, 2005.